

TERRITÓRIO, POLO INDUSTRIAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: ESTUDO NO POLO MOVELEIRO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS-PR

Valdinei Juliano Pereira, Universidade Estadual de Londrina, valdineijuliano@hotmail.com

Jaiane Aparecida Pereira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

jaiane.pereira@ufms.br

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial. Para tanto, o referencial teórico apresentou as discussões sobre território e sobre APL. Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, primeiramente, por meio de dados secundários. Depois foi realizada uma entrevista semiestruturada com o servidor público que trabalha no Museu Municipal. A partir das análises foi possível perceber que vários aspectos convergiram para a formação do polo moveleiro de Arapongas, mas não de forma tão deliberada quanto se havia pensado preliminarmente, sendo que os aspectos políticos e econômicos foram os mais importantes. Com relação à constituição do APL, verificou-se que ele foi uma consequência da formação do polo moveleiro, sendo criado para melhorar a competitividade de micro e pequenas empresas do setor. Constatou-se ainda, o papel do governo municipal em buscar estratégias para o desenvolvimento local e que essas estratégias influenciam a formação do território.

Palavras chave: Território; Arranjo Produtivo Local; APL; Polo Moveleiro.

1 Introdução

A importância da indústria para o desenvolvimento global, regional ou local é inegável (Sarti & Hiratuka, 2011). A indústria no Brasil enfrentou um longo período de estagnação, após ser o motor do crescimento no período entre 1950 a 1980. A retomada do crescimento ocorre a partir de 1990, devido ao aumento da demanda interna iniciada pela abertura de mercado adotada no Plano Collor (Burlle, 1993), que fomentou o aumento de investimentos no país.

Para tentar desenvolver e fortalecer a indústria, sobretudo as micro e pequenas empresas, diferentes parcerias estão sendo formadas, como os Arranjos Produtivos Locais [APLs]. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial [IEDI] (2002) os APLs podem ser vistos como aglomerados ou *clusters* de empresas que possuem proximidade física, inseridos em uma dinamicidade econômica e forte relação com agentes locais. Esses sistemas locais de produção apresentam vantagens potenciais para o desenvolvimento de seus negócios, pois incluem empresas produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços, bem como instituições voltadas à formação e treinamento de mão de obra e pesquisa (Cassiolato & Lastres, 2003).

Vários estudos sobre APLs estão sendo desenvolvidos em diferentes áreas, como na economia industrial, economia regional, administração e negócios e geografia econômica (Garcia, 2006). Apesar disso, ainda faltam estudos que mostrem quais os aspectos necessários que contribuem para a formação desses arranjos. Fuini (2013) afirma que os aspectos territoriais são importantes para a formação dos APLs, pois nestas aglomerações produtivas se manifestam fortemente conotações econômicas e histórico-culturais.

Por esse motivo, acredita-se que investigar o APL a partir da perspectiva do território, pode contribuir para o entendimento da formação desses arranjos. O conceito de território não é específico, englobando variáveis políticas, econômicas, culturais e naturais, nas quais existem relações de apropriação de poder e controle sobre recursos e fluxos (Haesbaert, 2004a; Saquet, 2007). Saquet (2009) propõe uma análise do território baseada em fatores econômicos, políticos, culturais e da natureza [E-P-C-N], considerando o movimento e a relação recíproca entre essas dimensões.

Dentro dessa perspectiva, Pereira, Chagas e Bánkuti (2016) propõem utilizar a análise E-P-C-N para entender a configuração de sistemas agroalimentares localizados. Os autores sugerem futuras pesquisas que analisem a configuração de outros territórios, para conhecer

como as questões econômicas, políticas, culturais e da natureza influenciam a formação dos mesmos. Pretende-se então, a partir dessa sugestão, estudar o APL sob a perspectiva do território.

No estado do Paraná, existem vários exemplos de APLs, como o caso da confecção de bonés em Apucarana (Pereira & Verri, 2014); do vestuário em Cianorte (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES], 2006a); da mandioca e fécula da região de Paranaíba-Loanda (IPARDES, 2006b); de Tecnologia de Informação (TI) no sudoeste do Paraná (Ferreira, Mello, Perondi, & Santos, 2015); e da indústria moveleira em Araçongas (IPARDES, 2006c).

O Município de Araçongas, polo central do APL de móveis, situado na região norte do Paraná, é considerado o 2º maior polo moveleiro do país e o primeiro do estado do Paraná (Sindicato das Indústrias de Móveis de Araçongas [SIMA], 2016). Ele se encontra próximo às duas cidades principais do norte do Estado (Londrina e Maringá), ofertando uma grande vantagem de infraestrutura de acesso por meio de rodovias federais, estaduais e aeroportos. Isto demonstra grande potencialidade com relação à localização, culminando no desenvolvimento local.

O setor moveleiro encontra-se entre os mais importantes da indústria de transformação nacional, considerando a geração de empregos e fluxo monetário, conforme dados da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial [ABDI], que é baseado no Ministério do Trabalho e Emprego [MTE] (ABDI, 2008). Esse setor se caracteriza pela união de vários processos de produção (modulados, planejados, seriados e sob medida), compostos por matérias-primas diferentes, como a madeira e o metal, resultando em uma grande diversidade de produtos acabados.

Devido à importância do setor moveleiro, das especificidades que envolvem o APL de móveis de Araçongas e a necessidade de entender a formação de territórios específicos de forma ampla, o objetivo deste trabalho é compreender a formação do polo moveleiro do município de Araçongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial. A partir deste objetivo geral elencaram-se os seguintes objetivos específicos: identificar historicamente a configuração do município de Araçongas como um polo moveleiro; descrever as ações e os atores que participaram desse processo; e discutir a formação do polo e a constituição do APL sob enfoque territorial.

Para atingir os objetivos, o trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, o referencial teórico apresenta discussões acerca do território, seguido de uma

visão geral sobre APL. Depois são apresentados os procedimentos metodológicos, seguidos da análise dos dados e das conclusões do estudo.

2 Território

A partir dos anos de 1950 começa a ocorrer um processo de renovação do pensamento geográfico, que se intensifica a partir da década de 1970. Nos anos de 1980 e 1990, o foco volta-se aos estudos territoriais, que se expandem desde então (Saquet, 2006). No Brasil, apesar dos avanços nas discussões sobre território, englobando diversas áreas, o conceito ainda apresenta divergências (Souza, 2009). Essas divergências ocorrem devido à grande amplitude do conceito e pelo enfoque diferente dado por essas áreas que também se interessam pelo termo, além da Geografia, como a Ciência Política, a Economia, Antropologia, a Sociologia e a Psicologia (Haesbaert, 2004b).

O conceito de território tem evoluído ao longo do tempo. Alguns pesquisadores enfatizam o território a partir da concepção de Estado e fronteira, assim como foi feito na segunda metade do século XIX por Friedrich Ratzel, ao entender o território como um fundamento para a emancipação de cada Estado-nação (Mariani & Arruda, 2010). Com o passar do tempo, o conceito de território evolui no sentido de abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de um determinado local (Valverde, 2004).

Com o surgimento de meios mais eficientes de comunicação, quebrando barreiras quanto à materialidade, e da intensificação da globalização, que possibilitou o surgimento de empresas multinacionais ligando múltiplos territórios em rede, enfraqueceu-se o poder político do Estado-nação (Mariani & Arruda, 2010). Neste contexto, o conceito de território atinge uma conotação mais abrangente, não apenas visto como material e palpável, no qual representava a conjunção do solo e de seu povo. Volta-se então a uma conotação imaterial e intangível, numa perspectiva globalizada, entendendo que as relações de poder podem ser criadas e desfeitas ciclicamente, possuindo duração efêmera e sem deixar marcas na paisagem, descaracterizando a materialidade dos territórios (Souza, 2009).

Dentro dessa conotação imaterial e intangível, de acordo com Haesbaert (2007), o território tem relação com o poder, no seu sentido simbólico, envolvendo também o controle de uma área. O controle, que pode ser mais funcional ou mais simbólico, adquire níveis de

intensidade diversos, dependendo ainda dos sujeitos que o promovem, se grandes empresas, o Estado, grupos étnico-culturais, entre outros.

Para Haesbaert (2004b) ao considerar o território como local de manifestações de poder, apresenta-se três abordagens distintas: jurídico-política, cultural e econômica. Com relação à abordagem jurídico-política, o território é caracterizado como um espaço delimitado e controlado no qual se exerce um tipo de poder, principalmente no caráter estatal; na abordagem cultural é priorizada as dimensões simbólicas e subjetivas, no qual o território é idealizado a partir da apropriação feita do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; e na abordagem econômica, o território é visto como produto espacial do embate entre classes sociais.

A partir dessas discussões, nota-se que as relações de poder são o que diferencia a concepção de território. Deste modo, o território se configura como categoria de análise por ações políticas e socioeconômicas, surgindo como produto no desenvolvimento de um determinado meio social. Portanto, observa-se que existe uma grande expansão e qualificação acerca dos estudos no Brasil, buscando entender e compreender os fenômenos e processos sociais e territoriais, os quais envolvem as redes de circulação e comunicação, a identidade e as relações de poder (Pereira, Chagas, & Bánkuti, 2016).

Para Saquet (2015), o entendimento de forma ampla do território, deve partir da análise dos fatores econômicos, políticos, culturais e da natureza, ou seja, deve-se fazer uma análise E-P-C-N. Essa análise propõe envolver a materialidade e a imaterialidade, histórica e multiescalar do território, da desterritorialização e reterritorialização, ao reconhecer discontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades (Saquet, 2015).

Conforme Saquet (2015) é importante analisar uma perspectiva histórica para entender como foi realizado o processo de configuração do território. De início, compreende-se que existem diferenças entre os territórios de acordo com os interesses de cada grupo de poderes. Dentro desse contexto, a territorialização é vista como a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços; a desterritorialização, por sua vez, é o movimento de abandono do território; e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território (Mariani & Arruda, 2010).

Quando se trata da territorialidade, discute-se a qualidade que o território adquire com a sua exploração ou apreensão pelos seres humanos individuais ou coletivos. Desta forma, acaba ocorrendo processos constantes e concomitantes de desterritorialização e

reterritorialização, originando novas territorialidades e territórios que contenham características dos territórios e das territorialidades anteriores (Saquet, 2009).

Dentro dessa visão, reitera-se que o conceito de território permite entender diversas formações, como polos ou arranjos produtivos locais. Um APL possui características peculiares, que foram discutidas no próximo tópico.

2.1 Arranjo Produtivo Local

O surgimento do APL, segundo Fuini (2014), está relacionado ao conceito ferramental de política de desenvolvimento industrial, com base na compreensão dos modelos de aglomerações produtivas das empresas de pequeno porte e alguns sistemas produtivos territorializados. O APL foi alvo de uma medida do governo para estimular o desenvolvimento econômico do território das regiões, possibilitando o aquecimento de economias de aglomerações com o suporte das vocações locais.

O interesse pelos APLs industriais, de acordo com Iglioni (2001), vem crescendo de forma significativa desde a década de 1970. Primeiramente houve grande concentração do interesse do dinamismo econômico pelos países centrais da economia mundial. Recentemente, pesquisadores de economias dos países subdesenvolvidos passaram a dar grande importância para estas aglomerações, devido a sua importância para o local.

Desde então, as discussões acerca das abordagens sobre o tema têm evoluído, assim como o conceito. No Brasil, a discussão sobre APL teve início por um grupo de pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisas de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ [Redesist], posteriormente sendo levado e adotado por órgãos como o SEBRAE e o BNDES. Para este grupo, o APL é visto como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas

também às diversas outras instituições públicas e privadas (Lastres & Cassiolato, 2003, p. 10-11).

Diante da presença de vínculos cooperativos e interorganizacionais que se estabelecem em torno de aglomerações específicas, os APLs adquirem um caráter de plataforma de governança, que servirá para construções de identidades comuns e convenções localizadas (Fuini, 2014). Segundo o autor, essas aglomerações possuem a proximidade geográfica do território como premissa, envolvendo redes de fornecedores, instituições de apoio e empresas terceirizadas.

Igliori (2001) define os APLs com características de concentrações espaciais de negócios, mesmo que não haja interação ou que eles não transacionem para dividir coletivamente as oportunidades e ameaças, pois existe a possibilidade de a geração de novos conhecimentos, inovações e cooperação. A formação dos APLs podem dar surgimento a um complexo de instituições, costumes e relações de confiabilidade na qual asseguram o dinamismo econômico, quais sejam: (1) a combinação de concorrência com cooperação; (2) a combinação do conflito com participação; e (3) a combinação do conhecimento local e prático com o conhecimento científico (Igliori, 2001).

Neste contexto, estas aglomerações podem ser polos difusores do crescimento de distritos industriais, nos quais o aumento da produtividade de uma empresa decorre da proximidade com outras empresas do mesmo segmento. Desta forma, esse arranjo possibilita vantagens junto a fornecedores atraídos para a região, aquecendo o mercado de trabalho especializado e facilitando a troca de informações (Igliori, 2001).

Para Tondato (2006) a formação de *clusters* apresenta três características: (1) economias externas locais, trazendo a redução de custo para as empresas aglomeradas; (2) a caracterização como aglomeração geográfica de empresas com atividades similares ou relacionadas; e (3) os condicionantes históricos, sociais e culturais, que influenciam na formação e evolução do mesmo.

A estruturação do APL, como um tipo de aglomeração, também se baseia em aspectos similares. Contudo, ao considerar a abordagem do território, acredita-se que a constituição de um APL ocorre quando é obtida a interação entre os atores, apoiados em um contexto sociocultural com características específicas ligadas ao território. Por esse motivo, advoga-se pela utilização do conceito de território para entender aglomerações como o APL.

No caso do estado do Paraná, no qual esse tipo de arranjo foi amplamente incentivado, pode-se vislumbrar as especificidades locais para a criação de um APL. A Figura 1 mostra um mapa com os APLs existentes.

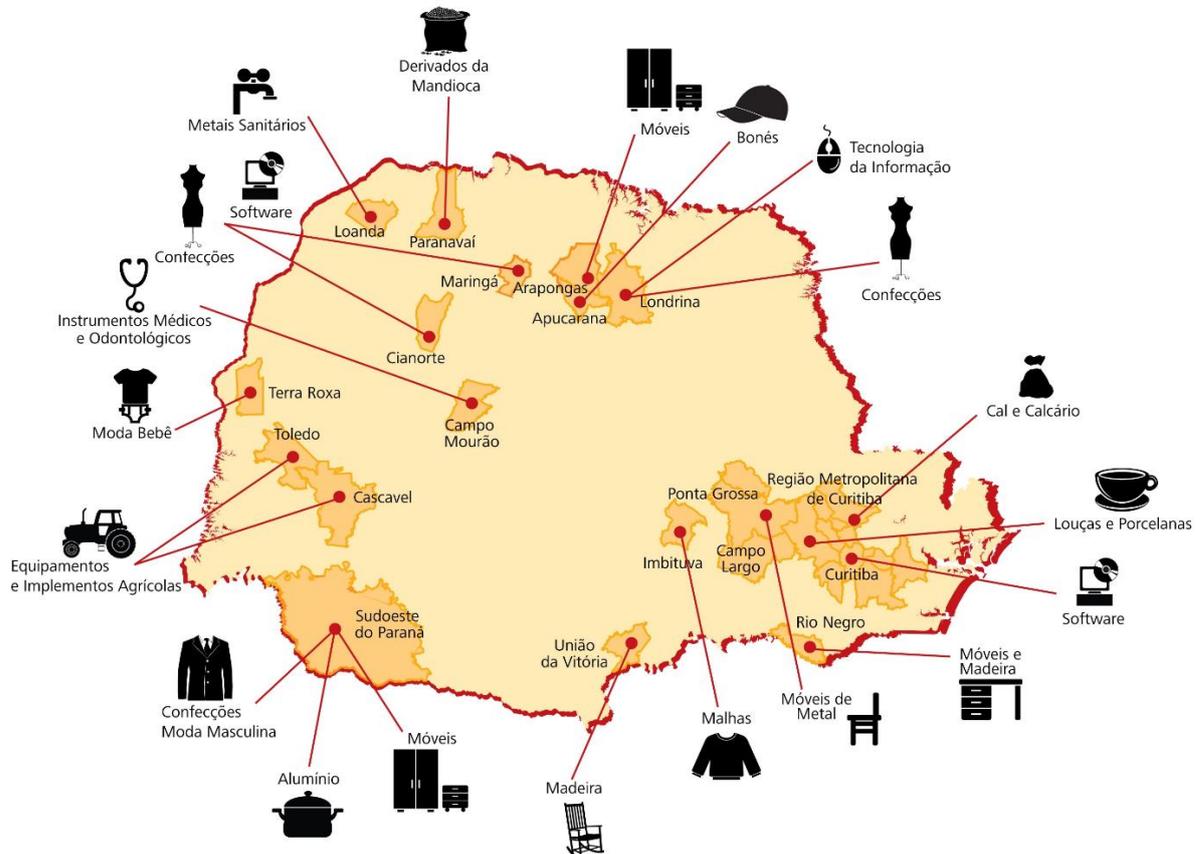


Figura 1. Mapa do Paraná com os APLs presentes no estado

Rede APL do Paraná (http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Mapa_APLs_PR.png, recuperado em 30, dezembro, 2016)

Cada localidade possui aspectos que contribuem para a formação do seu APL, como a proximidade com a matéria prima ou a mão de obra. Sendo assim, acredita-se que o conceito de território pode contribuir com a discussão de formação de polos ou arranjos produtivos locais, ou seja, pretende-se entender outros aspectos que foram importantes para esses territórios, além dos aspectos econômicos.

3 Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho classificou-se como uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, levando em consideração que buscou narrar com exatidão os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (Triviños, 2010). Foi realizada

uma pesquisa documental, pois os aspectos históricos foram importantes para compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL.

Os documentos consultados foram aqueles que tratam da história do município e do surgimento do APL, a saber: documentos institucionais, livros e teses, leis, relatórios. Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise documental (Merriam, 1998).

Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o servidor público que trabalha no Museu Municipal da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Eventos [SECLE]. Isto porque, a partir da análise documental, restaram algumas dúvidas sobre os aspectos históricos do município, que foram sanadas com a entrevista.

A entrevista foi realizada em março de 2017 durante a realização da 11ª Feira de Móveis do Estado do Paraná [MOVELPAR], importante feira de negócios e efetivação de parcerias do setor de móveis, que ocorre a cada dois anos no município de Arapongas (MOVELPAR, 2017). Na feira, a referida secretaria há a exposição do museu, trazendo aos participantes conhecimento da cultura local.

4 ARAPONGAS COMO POLO MOVELEIRO E A FORMAÇÃO DO APL

Para entender a configuração do município de Arapongas como polo moveleiro e a formação do APL, são dispostos os aspectos históricos sobre a criação do município e as ações que contribuíram para sua consolidação como território produtor de móveis.

A ocupação da área em que está localizado o município de Arapongas é resultado da iniciativa da Companhia de Terras do Norte do Paraná, pioneira do progresso e desbravamento de toda a região. Arapongas, como as demais cidades, idealizadas, planejadas e fundadas pela referida companhia, foi construída a partir de um plano diretor (Souza, 2000).

Arapongas pertenceu ao município de Londrina até o ano de 1943. Nesse ano foi criado o município de Rolândia, que incorporou Arapongas como distrito judiciário. A criação de Arapongas se concretizou, por sua vez, no ano de 1947 (Prefeitura do Município de Arapongas [PMA], 2016). O nome de Arapongas surgiu da ave “araponga”, pois no local existiam muitas arapongas que cantavam com seu timbre metálico, que lembrava o som produzido por um martelo batendo em uma bigorna. Além do nome, desde que o município foi criado, foi instituída a Lei Municipal n. 522 (1964), decretando que todas as ruas do município devem receber o nome de pássaros, esta lei se encontra vigente até o presente. Esse

fato acabou se tornando uma forte característica do patrimônio histórico-cultural desse território.

O município de Araongas está localizado na região Norte do estado do Paraná, como mostra a Figura 2.

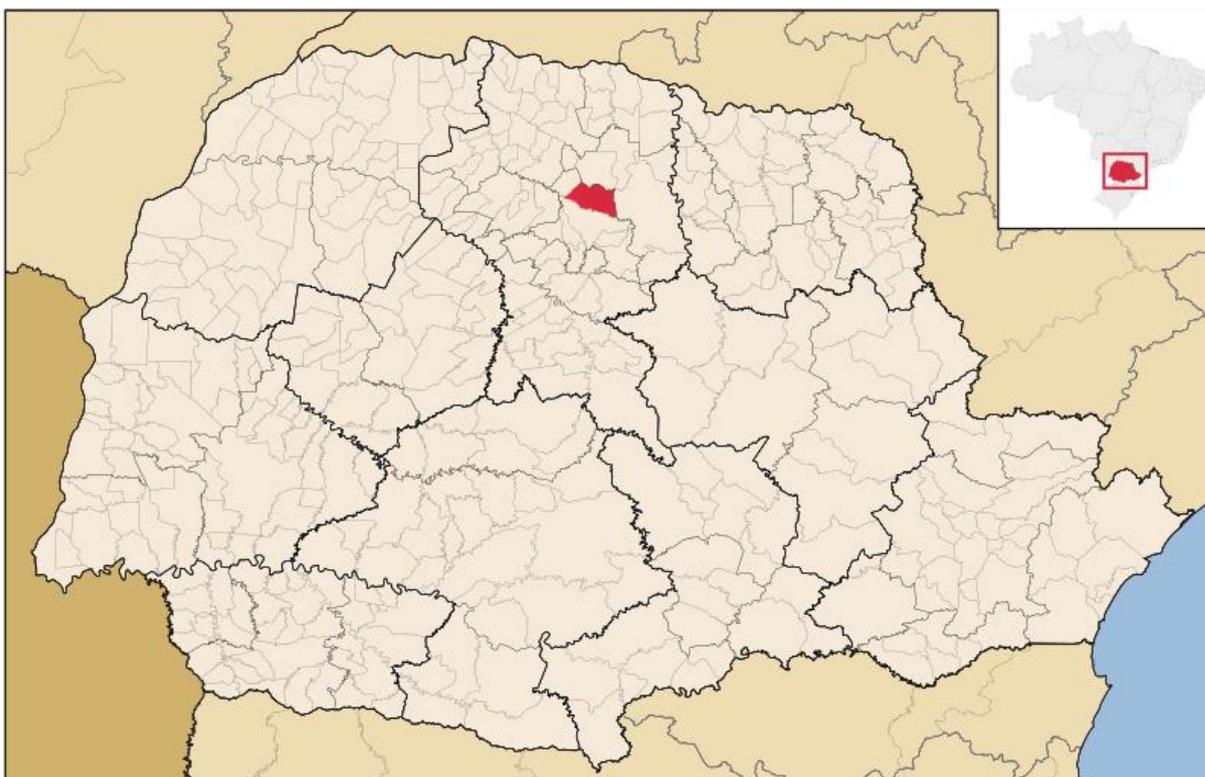


Figura 2. Localização do município de Araongas - PR
Elaborada a partir do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem [DER/PR] (2011)

No início a economia do município girava em torno da plantação de café. De acordo com Souza (2000, p. 23) “o café entrou no Brasil pelas mãos de um português, que plantou algumas mudas no fundo de seu quintal em Belém do Pará, em 1727. Dali o café percorreu todo o Brasil”. Depois houveram grandes plantações nos diversos estados do Brasil, porém devido à região sul possuir terra roxa, o resultado do plantio de café foi superior às demais regiões, confirmando nas primeiras colheitas o tal “ouro verde” que se tinha.

Foi nas terras do Norte do Paraná que se encontrou as melhores terras para o plantio do café. O avanço dos cafezais oportunizou a abertura de estradas, a implantação de ferrovias e o surgimento de cidades e distritos, trocando o cenário existente pelo progresso. Em véspera do fim da guerra de 1945, a região sofreu enorme impacto de uma grande invasão de imigrantes de todos os recantos do Brasil e do Mundo (Souza, 2000).

Segundo o entrevistado, alguns imigrantes ingleses chegaram na cidade com a ideia de plantar azeitonas, mas acabaram mudando para a cultura do café, não só devido ao solo, mas também a aceitação do mercado. Nessa época vieram para o Paraná, muitos produtores que já plantavam café em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Desde então, o café foi o grande responsável pelo rápido e intenso povoamento de Arapongas, sua produtividade gerava emprego e aquecia a economia local.

Porém, devido às duas grandes geadas, conhecidas como “geada negra”, uma em 1955 e outra em 1975, começa a comprometer a cultura do café. O entrevistado explica que “a geada negra pode acontecer durante o dia, diferente da outra, essa geada é tão potente que queima até a raiz. Um pé de café quando ele é replantado, [...] leva 3 anos para começar a produzir”. Em 1955, conforme o entrevistado, como o mercado estava em alta, ainda compensava plantar novamente e esperar 3 anos. Já em 1975, o preço de mercado não era tão bom, o que desestimulou os produtores, que começaram a migrar para lavoura branca ou pasto. Vale ressaltar nesse ponto, a importância da interseção entre os aspectos naturais e econômicos no contexto histórico para a formação do território, como ressaltam alguns autores (Haesbaert, 2004; Saquet, 2007).

Diante das eventuais incertezas climáticas, houve a necessidade de buscar alternativas para mudar o perfil da economia do município. De acordo com o entrevistado, já na década de 1970, o prefeito da época, José Colombino Grassano, reuniu lideranças da cidade, como alguns empresários da indústria e do comércio, para discutirem o futuro do município. A partir dessa reunião, foi idealizado e, posteriormente, implantado o parque industrial às margens da Rodovia BR 369. Foi o primeiro parque industrial do estado, instituído pela Lei Municipal n. 654 de 26 de abril de 1966.

Com a promulgação da referida lei, que estabeleceu a doação de terrenos para aqueles que iniciassem as obras dentro do período de três meses e concluíssem em um ano, além de contemplar a isenção de impostos municipais por determinado período, houve um enorme processo de industrialização do local com a instalação de muitas indústrias.

Destaca-se aqui, a importância dos fatores históricos para a construção de um território, como aponta Saquet (2015). A instalação desse parque industrial, que teve a influência de aspectos políticos, gerou uma tradição que perdura até hoje, pois o município possui uma grande concentração de indústrias que gera mais empregos e renda do que os outros setores da economia, como será mostrado adiante. Além disso, esse fato também será importante para a formação do APL, como discute Fuini (2013). Devido a implantação do

parque industrial e da necessidade de mão de obra, começou a se desenvolver em seus arredores conjuntos residenciais, em sua maioria, por funcionários das empresas que se instalaram ali (PMA, 2016).

Esse parque industrial foi idealizado, pois nesse período, segundo o entrevistado, existiam grandes fábricas que envasavam bebidas e fábricas do ramo alimentício. Portanto, pensaram em ampliar a industrialização, mas não especificamente a movelaria. O entrevistado declara que o ramo moveleiro não foi planejado, “não foi nada projetado, não foi pensado que teríamos um polo moveleiro, foi pensado que teríamos um parque industrial”.

A primeira fábrica de móveis foi fundada em 1967 pela fusão de duas empresas, a Casa de Móveis Arapongas e a João Martins Cava Filho, formando a Moval (Moval, 2017). Depois disso, outras fábricas de móveis foram se instalando no parque industrial. O entrevistado cita que outras fábricas como uma de artefatos de cimento, começa a migrar para a madeira e assim, a movelaria acabou se sobressaindo no município. Acredita-se que oportunidades de mercado, propiciaram a criação de novas fábricas de móveis e a migração de fábricas de outros ramos.

Em 1978, foi fundada a Associação dos Moveleiros de Arapongas, transformando-se em Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas [SIMA] no ano de 1982. Com forte atuação para desenvolvimento do setor, o SIMA foi um dos atores responsáveis pelo desenvolvimento das empresas, promovendo ações como: negociações coletivas de trabalho, assessorias, organizações de viagens e feiras do setor e a promoção de eventos, dos quais se destacam a MOVELPAR e a Feira Internacional da Qualidade em Máquinas, Matérias Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira [FIQ] (SIMA, 2016).

Em setembro de 1998, foi realizado um planejamento estratégico do Polo Moveleiro, por iniciativa conjunta do SEBRAE/PR, SENAI-CETNAM, SIMA e empresários do ramo, objetivando idealizar diretrizes voltadas para o desenvolvimento técnico, econômico, político e social do setor. As principais diretrizes traçadas para o desenvolvimento foram: (1) promover a competitividade das empresas do APL de Móveis da Região de Arapongas; (2) o desenvolvimento da cadeia de suprimentos; e (3) a promoção da inovação, gerando a sustentabilidade e a lucratividade (MDIC, 2006; Hodas Jr., 2012).

O APL de móveis de Arapongas foi criado pelo SEBRAE/PR, a partir de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado do Paraná [FIEP], o Sistema Fecomércio, o SIMA e a Associação Comercial e Industrial de Arapongas [ACIA]. O objetivo foi criar condições favoráveis para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor moveleiro. A

iniciativa foi regulamentada em 2005. Em 2013, 400 empresas faziam parte desse APL. Essas empresas compreendem o eixo territorial de Arapongas, Apucarana, Rolândia e Cambé (Donatti, 2013). Destaca-se que essas empresas são vizinhas e possuem características semelhantes em termos culturais e de ocupação do território.

O município de Arapongas foi classificado entre os 15 selecionados como prioritários para as políticas de desenvolvimento do governo federal, por ser considerado um polo estratégico do setor no Estado, recebendo incentivos para a criação do APL (SIMA, 2016). Em 2010, o volume de exportações do APL de móveis de Arapongas chegou a 88 milhões de dólares. As exportações são feitas para todos os continentes, especialmente países como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Panamá, Nigéria, Angola, México, Estados Unidos, França e Rússia (Donatti, 2013).

Além do APL, outros projetos e programas foram desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento do polo moveleiro de Arapongas, como a adoção do programa de Auto Sustentabilidade de matéria prima [SIMFLOR], que tem por objetivo a preservação do meio ambiente e sustentabilidade florestal, no que diz respeito à produção de madeiras de reflorestamento utilizados pelas indústrias de Arapongas (SIMA, 2016).

No mês de dezembro do ano de 2000, por iniciativa conjunta de empresários do setor moveleiro, foi criado o Centro de Tecnologia em Ação e Desenvolvimento Sustentável [CETEC] como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público [OSCIP], com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, destinando os resíduos oriundos das produções da indústria moveleira, para a recepção, reutilização e reciclagem dos mesmos (SIMA, 2016).

Outro fator importante é que devido à posição do município na indústria moveleira nacional, foi instalado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Centro de Tecnologia da Madeira e Mobiliário [SENAI-CETMAM], que oferece educação profissional e serviços técnicos e tecnológicos (Vargas, 2009). Com esse serviço, funcionários das empresas industriais se capacitam com cursos ofertados e treinamentos destinados à fabricação de móveis, *design*, gestão de processos industriais e saúde e segurança do trabalho. Além disso, existe ainda a prestação de consultoria e assessoria para as indústrias (SIMA, 2016).

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] 2016, o município de Arapongas conta com população de 116.960 habitantes dos quais a maioria vivem na área urbana. A maior parte dos empregos gerados no

município se encontram no setor da indústria de transformação, do qual o setor moveleiro faz parte, conforme se pode observar na tabela 1.

Tabela 1
Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2015

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	608	15.522
Construção Civil	156	468
Comércio	1.396	8.936
Serviços	1.068	10.110
TOTAL	3.384	35.976

Nota: Elaborado pelos autores a partir dos dados do MTE/RAIS disponíveis no IPARDES (2017).

Esse dado é bastante significativo, principalmente se comparado com outras localidades do porte do município, pois geralmente o número de empregos na indústria fica abaixo do comércio e serviços. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2010, a população ocupada na indústria de transformação em Arapongas representava 31% do total. Nesse mesmo período, a média no estado do Paraná para o setor era de 14% (IBGE, 2010).

Diante das discussões apresentadas, considerando o histórico de transformação e evolução do município de Arapongas em um território produtor de móveis, constata-se que não houve um planejamento deliberado para que isso acontecesse. Entretanto, a visão dos atores envolvidos, que ponderou a necessidade de industrialização da região, foi importante para que o polo moveleiro se constituísse no futuro.

Ao utilizar a análise E-P-C-N, proposta por Saquet (2009; 2015), percebe-se que, na década de 1970, os aspectos naturais e econômicos influenciaram na decisão das lideranças, que viram a necessidade de mudar o perfil da economia do município, já que o café apresentava problemas. Os aspectos políticos, por sua vez, também estavam presentes, pois o prefeito foi importante para que a lei municipal, que possibilitou a implantação do parque industrial, fosse promulgada.

Neste contexto, houve um processo de desterritorialização da cultura do café e, posteriormente, a reterritorialização de uma cultura industrial. Historicamente, a implantação do parque industrial, foi o ponto de partida para que no futuro houvesse a concentração de indústrias moveleiras e a formação do APL, o que mostra a importância dos fatores históricos para isso, como discute Saquet (2015). Vale ressaltar ainda que, a implantação de várias empresas, pode ter ocorrido por ser o primeiro parque industrial do estado. Aliado a isso, a localização privilegiada também pode ter atraído empresas, pois o parque está às margens da

Rodovia BR 369 e próximo as duas maiores cidades do interior do estado, Londrina e Maringá.

Entretanto, como percebido, a transformação do município em um polo moveleiro não foi pensada deliberadamente. Pode-se inferir que o mercado de móveis possa ter sinalizado oportunidades, e isso, acabou fazendo com que empresários migrassem para essa atividade. Quando um segmento começa a apresentar resultados positivos, isso induz outros empresários a investir no mesmo segmento.

Outra questão que merece destaque é a relação do polo moveleiro com a matéria prima, a madeira. Apesar de não ter uma ligação direta entre o polo moveleiro e a existência de madeira na região, esse fato deve ter sido relevante, pois sem matéria prima de forma acessível, a fabricação de móveis não seria possível. Atualmente, segundo o entrevistado, a maior parte da matéria prima vem de reflorestamento na região.

Com relação aos aspectos culturais, discute-se que a articulação dos atores para a implantação do parque industrial, e a formação do APL, depende de visões e objetivos comuns. O APL envolve empresas de municípios vizinhos que tem uma colonização semelhante, apresentando conotações histórico-culturais, como destaca Fuini (2013).

Por fim, é relevante destacar que os aspectos apresentados não devem ser analisados de forma individual e não possuem ordem cronológica ou sequencial. A prática da produção do território e da articulação no município de Araongas como um polo moveleiro, bem como a constituição do APL, foram consequências emergentes da reterritorialização ocorrida após a implantação do parque industrial.

5 Conclusões

Resgatando o objetivo inicial do trabalho de compreender a formação do polo moveleiro do município de Araongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial, observou-se que vários aspectos convergiram para essa formação, mas não de forma tão deliberada quanto se havia pensado preliminarmente. Isto porque foi incentivada a formação de um parque industrial com empresas de diversos segmentos e, no decorrer dos anos, avultou-se aquelas do ramo moveleiro. Esse fato parece ter ocorrido devido às necessidades do mercado.

Com relação às ações e os atores que participaram desse processo, verificou-se ao longo dos anos a confluência de diversas entidades, dentre elas: a prefeitura do município;

empresários de diversos setores; o SIMA, que teve um papel importante como incentivador do polo moveleiro; e entidades de apoio, como o SEBRAE/PR e o SENAI-CETNAM. No caso do APL, as entidades envolvidas foram: o SEBRAE/PR, a FIEP, o Sistema Fecomércio, o SIMA e a ACIA. Além dessas entidades, destaca-se os atores que participaram do processo de criação do APL, que foram os micro e pequenos empresários que constituem ou já constituíram a diretoria da organização e aqueles que fazem parte dela.

Ressalta-se ainda o papel do governo municipal em buscar estratégias para o desenvolvimento local, considerando que essas estratégias influenciam a formação do território e, continuam a influenciá-lo ao longo do tempo.

Sendo assim, discute-se que os aspectos mais importantes para a formação do polo moveleiro de Arapongas, foram: os políticos, no papel da prefeitura do município; e os econômicos, com a desterritorialização do café por conta do mercado. Com relação à constituição do APL, verificou-se que ele foi uma consequência da formação do polo moveleiro, sendo criado para melhorar a competitividade de micro e pequenas empresas do setor. Nesse caso, ressalta-se a importância dos aspectos políticos e culturais, uma vez que o governo estadual e federal incentivam esse tipo de iniciativa. Porém, para que essa iniciativa efetivamente funcione é necessária a propensão ao trabalho coletivo. A cultura do associativismo e cooperativismo é bastante forte no estado do Paraná, o que pode ter colaborado para que o APL prosperasse.

Com relação aos aspectos teóricos, admite-se que a abordagem territorial pode ser utilizada de forma satisfatória para entender a formação de *clusters*, aglomerados, APLs e polos industriais, sobretudo a perspectiva da análise E-P-C-N proposta por Saquet (2009), visto que parte de uma perspectiva histórica. Contudo os aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza, possuem pesos diferentes, dependendo do tipo de território que se pretende analisar. Portanto, sugere-se para futuras pesquisas, o estudo dos demais APLs, do Paraná, para tentar entender quais aspectos são mais importantes para cada um deles, principalmente os APLs que tem forte ligação com o solo, como o APL de derivados de mandioca em Paranavaí e o APL de cal e calcário na região de Curitiba.

Com relação ao ramo moveleiro, sugere-se ainda pesquisas que busquem investigar se as condições de mercado realmente impulsionaram o ramo moveleiro, especialmente o motivo pelo qual empresas de outros ramos migraram para a movelaria em Arapongas.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. (2008). *Relatório de Acompanhamento Setorial: indústria moveleira*. Brasília, DF, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Recuperado em 03 jan. 2017 de [http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx?q=system/files/Madeira+e+M%C3%B3veis+-+Burle,+L.+L.++\(1993\).+A+política+de+comércio+exterior+e+a+abertura+do+mercado+de+capitais:+1990-1992.+Revista+de+Administração+Pública,+27\(3\),+p.+98-114.](http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx?q=system/files/Madeira+e+M%C3%B3veis+-+Burle,+L.+L.++(1993).+A+política+de+comércio+exterior+e+a+abertura+do+mercado+de+capitais:+1990-1992.+Revista+de+Administração+Pública,+27(3),+p.+98-114.)
- Cassiolo, J. E., & Lastres, H. M. M. (2003). Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. In J. E. Cassiolo, & H. M. M. Lastres (Orgs.). *Parcerias Estratégicas*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- Donatti, L. (2013). *Agências Sebrae PR*. APL de Móveis de Arapongas participa de mais uma edição da Movelpar. Recuperado em 18 mar, 2017 de <http://www.pr.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PR/apl-de-moveis-de-arapongas-participa-de-mais-uma-edicao-da-movelpar,f567e89343c06410VgnVCM1000003b74010aRCRD>
- Feira de Móveis do Estado do Paraná. (2017). Recuperado em 15 mar, 2017 de <http://www.movelpar.com.br/site/index.php>
- Ferreira, R. H.M., Mello, N. A., Perondi, M. A., & Santos, G. D. (2015). Arranjo Produtivo Local – APL de Tecnologia de Informação – TI no Sudoeste do Paraná: mudanças paradigmáticas da inovação à dimensão social. *Redes Santa Cruz Sul Online*, 20(3). p. 241-254.
- Fuini, L. L. (2013). Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. *GeoTextos*, 9(2), p. 57-83.
- Fuini, L. L. (2014). A governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs): algumas considerações teóricas e metodológicas. *Geografia*, 23(1), p. 57-83.
- Garcia, R. (2006). Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. *Ensaio FEE*, 27(2), p. 301-324.
- Haesbaert, R. (2004a). Des-caminhos e perspectivas do território. In: Ribas, A.D., Sposito, E.S., & Saquet, M.A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE.
- Haesbaert R. (2004b). Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre Recuperado em 01 mar, 2017 de <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- Haesbaert, R. (2007). Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, IX(17), p.19-46.
- Hodas Junior, G. (2012). A indústria moveleira em Arapongas-PR e seus desdobramentos territoriais. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.
- Igliori, D. C. (2001). *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. São Paulo, Iglu Editora.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico*. Recuperado em 06 março, 2017, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. (2002). *Clusters ou Sistemas Locais de Produção e Inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio*. Recuperado em 01 mar, 2017 de http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20030516_clusters.pdf
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2006a). *Arranjo Produtivo Local do vestuário de Cianorte*. Recuperado em 27 dez, 2016 de http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_vestuario_cianorte_notas_tec.pdf
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2006b). *Arranjo Produtivo Local de mandioca da região de Paranavaí-Loanda*. Recuperado em 27 dez, 2016 de http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_mandioca_paranavai_notas_tec.pdf

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2006c). *Arranjo Produtivo Local de móveis de Arapongas*. Recuperado em 27 dez, 2016 de http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_moveis_arapongas_nota_tec.pdf

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2017). *Cadernos Municipais*. Recuperado em 18 mar, 2017 de <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86700&btOk=ok>

Lastres, H. M. M., & Cassiolato, J. E. (2004). Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In *Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)*. Rio de Janeiro, UFRJ/IE, 2003.

Lei Municipal n. 522, de 24 de abril de 1964 (1964). Dispõe sobre a denominação de ruas na cidade de Arapongas. Arapongas, PR.

Lei Municipal n. 654, de 26 de abril de 1966 (1966). Dispõe sobre a criação do parque industrial. Arapongas, PR.

Mariani, M. A. P., & Arruda, D. O. (2010). Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS – UFMS, *Anais do Congresso da SOBER, Corumbá, MS, Brasil*, 48.

Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (2006). *Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região de Arapongas - Paraná*. Recuperado em 30 dez., 2016 de http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1198261879.pdf

Moval. (2017). Histórico. Recuperado em 15 mar, 2017 de <http://www.moval.com.br/historico/>

Pereira, J. A., & Verri, R. A. (2014). Dificuldade na criação de empresas em diferentes momentos: um estudo de casos múltiplos, a partir da ótica dos empreendedores. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 8(2), p.2-17.

Pereira, J. A., Chagas, P. B., & Bánkuti, S. M. S. (2016). Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Local: o caso da uva no município de Marialva-PR, *Anais do Encontro da Anpad, Costa do Sauípe, BA, Brasil*, 40.

Prefeitura do Município de Arapongas. (2016). *História do Município*. Recuperado em 30 dez, 2016 de <http://www.arapongas.pr.gov.br/historia>

Rede APL do Paraná. (2016). Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Recuperado em 30 dez, 2016 de http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Mapa_APLs_PR.png

Saquet, M.A. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M.A., & Sposito, E.S.(Orgs.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.

Saquet, M. A. (2006). Proposições para estudos territoriais. *GEOgrafia*, VIII(15).

Saquet, M. A. (2007). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo, Expressão Popular.

Sarti, F., & Hiratuka, C. (2011). *Desenvolvimento Industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros*. Campinas, IE/Unicamp.

Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. (2016). Recuperado em 30 dez, 2016 de <http://www.sima.org.br/dadosdosetor.html>

Souza, N. V. (2000). *Exortação a Arapongas: fundação*. 2. ed. Arapongas-PR, Aleluia.

II Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – PPA/UEM

Souza, M. L. (2009). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In M. A. Saquet, & E. S. Sposito. *Territórios e territorialidades: teorias, processos, e conflitos*. São Paulo, Expressão Popular.

Tondato, R. A. (2006). *Arranjo produtivo local de Araçongas*. Monografia de Especialização, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

Triviños, A. N. S. (2010). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas.

Valverde, R. R. H. F. (2004). Transformação no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 15, p. 119-126.

Vargas, M. (2009). *Análise da aglomeração industrial moveleira de Araçongas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.